

Congresso 2006: um voto pela retirada do Iraque?

Maria do Rosário de Moraes Vaz . IEEI

Há geral unanimidade na convicção de que as eleições legislativas intercalares de 2006, que decidem se os Democratas reconquistam ou não a maioria no Congresso, serão dominadas, ao absoluto arrepio da tradição, por uma questão – aparentemente – de política externa: o fracasso americano no Iraque. A má opinião formada quanto ao modo como conduziu a guerra está indissociavelmente ligada à queda do presidente George W. Bush na estima dos americanos.

Em suma, o 7 de Novembro referendará indirectamente a gestão pelo presidente da ocupação do Iraque e do resultado desse referendo depende a sorte dos Democratas no Congresso. Interrogados a poucos dias das eleições sobre o que determinará em última análise o seu voto, uma expressiva maioria confirma a geral convicção: o Iraque. Entre os eleitores recenseados, porém, o peso do Iraque na determinação do voto é contrabalançado, sobretudo para os simpatizantes Republicanos, pela economia, a imigração e o terrorismo.

A angustiante procura de uma saída airosa, entre a redução faseada das tropas preconizada pela generalidade dos Democratas e o desmembramento do Iraque que os conservadores começam abertamente a advogar para evitar uma mega-guerra civil e o espectro de uma derrota militar, domina quase por completo o debate na imprensa. Generalizou-se entre os americanos a convicção de que a intervenção no Iraque não tem vitória possível, nem no curto nem no longo prazo. A democracia é uma quimera longínqua, a mortandade e a destruição fazem empalidecer os lentos esforços de reconstrução.

A desavença entre o governo americano e o governo iraquiano, que dele procura distanciar-se para consolidar a dominação dos partidos de persuasão xiita, é uma realidade que já não tem disfarce possível. A tensão regional agudiza-se à medida que se desvanece a tradicional inimizade entre o Irão e o Iraque, que Saddam Hussein tão longa e brutalmente cultivou. As baixas entre os soldados americanos, entre mortos e sobretudo feridos, atingem níveis intoleráveis quando comparados com o benefício para a credibilidade e a segurança da América que resulta desse sacrifício.

A preocupação de segurança nacional, e acessoriamente internacional, que em 2003 foi tão poderosamente canalizada pelo governo e pelo Congresso dominado pelos Republicanos a favor da invasão do Iraque – a tal ponto que a maioria dos Democratas na Câmara e no Senado votaram a favor dela – transfere-se em 2006, essencialmente, para a retirada não apressada mas honrosa das tropas americanas do Iraque. Não entra por enquanto nas considerações dos americanos – pelo menos nas que foram publicamente reveladas – o possível e seríssimo agravamento da situação militar resultante da putativa passagem para o campo do inimigo do grosso dos movimentos e forças de persuasão xiita, no dia, que talvez não tarde, em que considerarem que as tropas americanas passaram da condição de aliado libertador à condição de ocupante odioso.

Esta transferência radical da preocupação de segurança nacional da missão para a segurança das forças americanas no Iraque (a redução do contingente, a exemplo do que fazem já os ingleses, e a retirada a médio prazo), não favorece, porém, necessariamente os Democratas na eleição intercalar. Sabem os eleitores que o papel do Congresso, nessa matéria como na política externa em geral, não é determinante, sobretudo se de cor política diferente da Casa Branca. Além disso, as propostas concretas e exequíveis não abundam no campo Democrata. A «campanha iraquiana» de John Kerry para as presidenciais de 2004 não foi convincente, e ultimamente um comentário infeliz distorcido e desviado pela propaganda contrária do alvo que visava – que era seguramente o presidente e o governo – sobre a honorabilidade das sacrificadas tropas americanas, foi mal recebido pelos eleitores, como indicam as mais recentes sondagens de opinião.

Exige-se dos democratas, com evidente injustiça, que tirem da cartola o plano miraculoso para uma saída bem sucedida do Iraque que o governo e a actual maioria republicana foram e são incapazes de conceber.

Dois factores, habilidosamente inseridos no calendário respectivamente pré- e pós eleitoral, podem influir a favor dos Republicanos no «referendo sobre o Iraque» de 7 de Novembro: dois dias antes, a esperada condenação à morte de Saddam Hussein que, apesar da farsa que o julgamento constituiu, recorda a brutalidade dos seus crimes – os maiores ficarão, a consumir-se a execução, convenientemente por julgar – e dá assim alguma verosimilhança retroactiva à remoção do ditador sanguinário como resultado positivo da intervenção militar. Para depois das eleições, com o irónico pretexto de as não influenciar, fica a divulgação do relatório Baker, que se espera contenha críticas pouco veladas ao presidente e ao governo, bem como recomendações de sensível mudança de rumo em relação ao Iraque.

Essa mudança advirá certamente, pelas razões que se esboçaram, e muito proximamente. Mas é temerário afirmar que sobrevenha como consequência do voto de 7 de Novembro, independentemente do motivo central que determine os norte-americanos na escolha dos seus representantes e de pender para os Democratas ou para os Republicanos a maioria no Senado e na Câmara dos Representantes. Uma mudança decisiva no rumo da política americana, porém, no Iraque como no Médio Oriente, mais que no Capitólio, depende da mudança na Casa Branca.